



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS.

RECURSO N: 6/2020

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES

☒ Recebido ☒ Numere-se ☒ Publique-se

Unai-MG, 9 / dez / 2020

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG
PUBLICADO NO QUADRO DE AVISOS
NO SAGUÃO DA CÂMARA

EM: 9 / dez / 2020

SERVIDOR RESPONSÁVEL

VEREADOR ILTON CAMPOS – Solidariedade, na qualidade de có autor, do Projeto de Lei, que REVISAR O SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ MG, com fundamento no Art. 37, Inc. X da Constituição Federal em 6,29 (Seis Virgula vinte e nove por cento), devidamente acrescido de juros e correção monetária, desde o início de 2017, vem respeitosamente à presença de V. Exa. Interpor recurso contra a decisão que deixou de receber o Projeto de Lei, que deixou de receber o Projeto de Lei, que revisa a remuneração dos Vereadores, ao fundamento que a competência é privativa da Mesa Diretora e ainda, que a Projeto já foi indeferido pelo Poder Legislativo, sendo indispensável a assinatura de no mínimo 08 vereadores, pelas razões a seguir.

Primeiramente, é dever Legal da Mesa Diretora apresentar o referido Projeto de Lei, que revisa a remuneração dos Vereadores, vez que com a devida vênia, os Membros da Mesa Diretora referente ao ano de 2017 e a atual Mesa Diretora, em exercício, foram omissos, não cumprindo com suas obrigações legais, prejudicando todos os Vereadores em cumprimento do mandato eletivo.

Com referência a rejeição do Projeto de Lei, não foi apreciado pelo Plenário da Câmara Municipal, portanto, não é necessário a assinatura da maioria dos Vereadores.

A Omissão dos nobres Vereadores, caracterizam os crimes de abuso de autoridade, pela negligência e omissão do



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



cumprimento do dever legal, tanto os Vereadores Membros da Mesa Diretora em 2017 e em 2020.

Art. 11. Constitui, ato de improbidade administrativas que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

IV – negar publicidade aos atos oficiais.

Art. 99. São infrações político-administrativas do Prefeito Municipal as previstas em Lei Federal.

Paragrafo Único. O prefeito será julgado pela prática de infrações político-administrativas perante a Câmara Municipal.

O Prefeito, ao tomar posse faz o juramento público, juntamente com os Vereadores, perante a Comunidade Local, de cumprir a Constituição Federal, Estadual, Leis Federais, 'LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO', e ainda, tem o dever de cumprir os princípios que rege a administração pública em geral.

Ocorre, que o Sr. Prefeito, não cumpriu com o dever legal, deixando de atender o requerimento aprovado em plenário e mesmo após a reiteração, por parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal, não cumprindo com as funções legais, restando assim, caracterizado o crime contra a administração pública, improbidade administrativa e abuso de autoridade, com fundamento na nova lei, que regulamenta o crime de abuso de poder pelas autoridades, Prefeitos, etc.

Vejamos o que determina a Lei 13.869/19, in verbis:

Art. 1º.

§ 1º. As condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com finalidade específica de **prejudicar outrem** ou **beneficiar a si mesmo** ou a terceiro, ou, ainda por **mero capricho ou satisfação pessoal**.

Art. 2º. É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer **agente público**, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de quaisquer dos Poderes de União, dos Estados, do Distrito Federal, dos **Municípios** e de território, compreendendo, mas não se limitando a:



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



III – Os membros do Poder Executivo.

Ainda mais, a Lei 8.429/2019, regulamenta os crimes contra a administração pública e de improbidade administrativa, vejamos:

Art. 4º. Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Assim, requer se digne V. Exa. Seja **RECEBIDO O RECURSO, com fundamento no art. 247-D, do Regimento Interno e, consequentemente determinado o envio do RECURSO AO PLENARIO,** para recebimento e aprovação pelo Plenário deste Poder Legislativo.

Caso contrário, para não caracterizar os crimes de abuso de poder, improbidade administrativa e crime contra a Administração Pública, requer seja protocolado novo Projeto de Lei, concedendo a reposição salarial, desde o ano de 2017, devidamente corrigido de juros e correção monetária, sobre as penas da Lei.

Unai MG, 01 de dezembro de 2020.

ILTON DE OLIVEIRA CAMPOS.
VEREADOR SOLIDARIEDADE.



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



Câmara Municipal de Unai - MG de Unai - MG
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

Código do Documento:
P545586eaf653180877405509fd2b706eK29387

Tipo de Proposição: **RE - Recurso**

Autor: **Ilton Campos**

Data de Envio: **01/12/2020**
16:05:52

Descrição: **RECURSO AO PRESIDENTE DA CÂMARA 01-12-2020**

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

Ilton Campos

